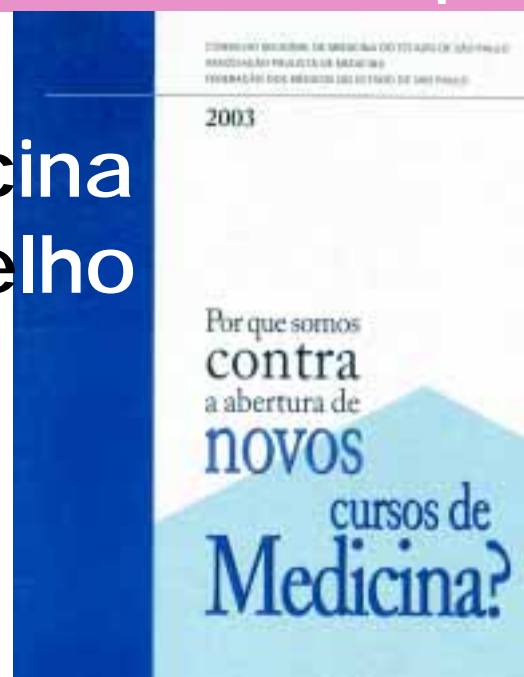


Novos cursos de Medicina na mira do Conselho

O Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo (CREMESP) está fazendo uma nova campanha de esclarecimento contra a abertura de cursos de Medicina, dirigida à opinião pública, aos parlamentares e às autoridades governamentais das áreas da saúde e educação. A iniciativa soma-se a outras já desencadeadas, todas voltadas à valorização profissional.

Como parte da campanha, o CREMESP em parceria com a Associação Paulista de Medicina (APM) e a Federação dos Médicos do Estado de São Paulo atualizou o dossiê "Por que somos contra a abertura de novos cursos de Medicina?", lançado pela primeira vez em 1999. Os interessados poderão consultá-lo na página: www.cremesp.org.br/manual/medicina/index.htm.



Manifesto da Frente Parlamentar da Saúde

A saúde pública acumulou, durante décadas, uma enorme dívida para com a nação brasileira. A oferta de saúde universal, digna e de qualidade para todo cidadão tornou-se a meta principal do SUS desde a promulgação da Constituição de 1988.

O resgate desta dívida social teve importante avanço com a aprovação no ano de 2000 da Emenda Constitucional nº 29 que, após 8 anos de tramitação no Congresso Nacional e graças à mobilização de todos os atores comprometidos com a saúde pública (usuários, prestadores de serviços públicos e privados, classe política, gestores e autoridades), vinculou receitas orçamentárias para a saúde nos três níveis de governo (federal, estadual e municipal), sinalizando um efetivo compromisso dos governantes com o setor da saúde, à

semelhança do que já vinha acontecendo com a educação há 20 anos.

A Frente Parlamentar da Saúde, integrada por 200 deputados federais e 18 senadores de todos os partidos políticos, em Assembleia Geral realizada em 02/07/03, na Câmara dos Deputados, decidiu, por unanimidade, repudiar toda e qualquer proposta apresentada no contexto da Reforma Tributária que pretenda retirar recursos orçamentários destinados às áreas sociais (saúde, educação e segurança).

As propostas de desvinculação de 20% das receitas da União (DRU), dos Estados (DRE) e dos municípios (DRM) golpeiam mortalmente os setores sociais do país retirando, em 2004, 12 bilhões de reais da saúde e 16 bilhões de reais da educação, e afrontam a vontade majoritária da nação representada pelo Congresso Nacional

que aprovou a Emenda Constitucional nº 29 com apenas 4 votos contrários entre seus 594 membros.

A Frente Parlamentar da Saúde não permitirá que reuniões de cúpula, fora do âmbito do Congresso Nacional, e do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social sejam utilizadas como instrumentos de pressão sobre os representantes legitimamente eleitos, para retirar direitos sociais arduamente conquistados pelo povo brasileiro, e utilizará todos os instrumentos políticos e regimentais para impedir a aprovação das desvinculações orçamentárias constitucionais, assim como lutará também para manter na Lei de Diretrizes Orçamentárias/2004 a proibição de contingenciamento dos orçamentos destinados à área social, aprovada pela Comissão Mista de Orçamento do Congresso Nacional.